

## Protesto dá vitória a portuários

**PROTESTO.** Os trabalhadores protestaram ontem pela transparência no leilão para a concessão do último cais público do Porto

# Portuários obtém primeira vitória

Os trabalhadores portuários de Santos e região obtiveram, na manhã desta sexta-feira (31), a primeira vitória, durante protesto realizado em frente à sede da Autoridade Portuária de Santos (APS), pela transparência no leilão para concessão do último cais público do Porto de Santos para a iniciativa privada.

O presidente da APS, Anderson Pomini garantiu que o ministro do Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, poderá reverter o formato da licitação, envolvendo o STSio e parte do Ecoporto para o uso exclusivo de estocagem de contêineres, anunciada para o primeiro semestre do ano que vem.

"O ministro pediu para que nós reestudemos o formato da licitação no sentido de que seja mantida a manutenção dos trabalhadores e de uma empresa que mantenha a movimentação de cargas gerais", disse Pomini, garantindo que o Porto de Santos continuará mantendo cais público.

Na próxima quarta-feira (1), em reunião com o ministro, Pomini e os sindicalistas representantes dos portuários deverão garantir a participação dos trabalhadores em todo o processo licitatório, que envolverá também todos os órgãos de controle ligados ao Porto de

Santos e ainda o Tribunal de Contas da União (TCU).

Isso porque, como já revelado, o TCU entende haver indícios de ilegalidade nas prerrogativas do Ecoporto sem licitação que uma possível troca de área do terminal de passageiros seria irregular e que não há estudos que baseiam a mudança do projeto do STSio, indicando a necessidade de licitar a nova área sob risco de perda de competitividade e prejuízo ao País.

Pomini acredita que a questão pode ser revista após o encontro da semana que vem. "A ideia é a expansão do porto com muita responsabilidade, sempre visando manter os postos de trabalho e o cais público. Não há nenhum projeto contrário a manutenção do cais público", finalizou Pomini, que visitou a possibilidade de uma renovação do contrato do Ecoporto até que a licitação garanta um acordo entre trabalhadores e Governo.

**MANIFESTAÇÃO.** Os trabalhadores aguardaram no resultado do encontro do lado do prédio da APS. A Guarda Portuária chegou a interditar parte da Avenida Conselheiro Rodrigues Alves, s/n, no Macuco, para garantir a segurança dos manifestantes.



Portuários protestaram em frente à sede da APS

Os portuários alertaram que se não houver participação dos trabalhadores no processo licitatório, haverá novas manifestações e até a paralisação do porto santista.

"O cais público emprega os trabalhadores portuários avulsos. O ministro sabe isso. Em Belém, acabaram com o cais público e houve desemprego em massa. Todas as categorias portuárias estão atentas e continuam se mobilizando para manter os empregos. Se preciso for, vamos paralisar o porto. Querem trazer um armador

para faturar o cais santista, para tirar os empresários de Santos que geram empregos e, além disso, não pagar impostos para Santos e para o País e promover o desemprego", afirmou o presidente do Sindicato dos Estivadores de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão, Bruno José dos Santos.

Santos resalta que só empregos diretos são sete mil. Indiretos, o número alcança 60 mil. "Um terminal de contêiner automatizado consegue ser operado por 15 pessoas somente. Não podemos permiti-

tir que tirem os empregos da gente. Se tentarem, vamos parar tudo. O desemprego dos portuários vai impactar o comércio e a economia regional.

O vereador Francisco Nogueira, o Chico Nogueira (PT), esteve acompanhando a reivindicação dos trabalhadores, assim como o dirigente licenciado do Sindicato dos Petroleiros, Fábio Melito.

"Um mega terminal robótico de contêineres vai causar desemprego, caos social e ainda prejudicar a manutenção de outros terminais. Vamos realizar audiências públicas e tentar sensibilizar o presidente Lula sobre a necessidade de resistir ao lobby dos armadores e manter os empregos no Porto de Santos", afirma Nogueira.

"Na hora que os trabalhadores precisam, os deputados da região somem. Não vejo um sequer apoiar a luta dos portuários. Todos têm compromisso com o capital. Estou querendo acabar com a má obra de Santos e do País. Não vamos permitir isso. Vamos lutar até o fim", afirma Melito. O deputado federal Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) chegou a postar um vídeo de apoio aos trabalhadores.

A ideia de ceder o cais público à iniciativa privada vinha sendo estudada desde 2019.

No entanto, no fim do governo passado, houve a decisão de incluir o projeto na proposta de privatização. O atual governo havia desistido da proposta mas, ano passado, foi iniciado um processo de implantação de um grande terminal de contêineres em três projetos: um novo terminal de passageiros e a repartição de dois contratos de arrendamento na mesma região para ampliação de áreas.

Durante a reunião, Pomini confirmou aos portuários que o projeto da APS é a implementação de um terminal na área do Sabão, conhecida como STSio, em um formato menor, que contemple a transferência do Concal e também garanta que o Ecoporto permaneça na mesma região.

"Faremos uma consulta ao TCU sobre a possibilidade de renovarmos com a empresa Ecoporto, com uma cláusula de permissão de área, como aconteceu no passado com a Marimex, hipótese em que, após a realização do leilão do STSio, o Ecoporto teria um prazo de dois ou três anos - que é o prazo exigido para implementação desse terminal - para que fizesse a transferência da sua área dentro da própria região do Porto".

(Carlos Rattori)

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Litoral - Baixada Santista/SP

**Seção:** Cidades **Caderno:** A **Página:** 4